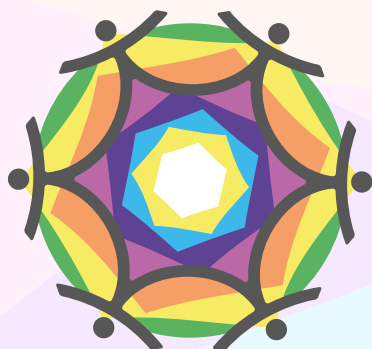




AEE
Tertúlias

FASCÍCULO TEÓRICO-PRÁTICO:
Percursos curriculares individualizados -
Planos Educativos Individualizados (PEI) e
Planos de Desenvolvimento Individual (PDI)



FORMADORA
Débora Jacks



CRÉDITOS

Reitor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Roberlaine Ribeiro Jorge

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Paulo Rodinei Soares Lopes

Coordenadora do Programa de Extensão Tertúlias Inclusivas do Pampa e do Curso de Aperfeiçoamento "Serviço de Atendimento Educacional Especializado para educandos público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva"

Claudete da Silva Lima Martins

Professora Pesquisadora e Gestora do Curso de Aperfeiçoamento "Serviço de Atendimento Educacional Especializado para educandos público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva"

Francéli Brizolla

Pesquisadoras:

Jôse Storniolo Nunes Brasil

Cristiane Bueno da Rosa de Azambuja

Formadora módulo 03:

Débora Jacks

Secretária:

Ana Cláudia Godois

Designer Gráfico e Educacional:

Ana Claudia Remonti Rossi

Editor de Vídeos para Acessibilidade:

Maycol Paixão Bastos

Revisora de Língua Portuguesa:

Vanessa Marques

Comunicadora Social:

Simôni Costa Monteiro Gervasio

Tradutores e Intérpretes de Libras:

Alini Mariot
Ringo Bez de Jesus

Audiodescritora:

Giovana Brizolla Algarve Santos

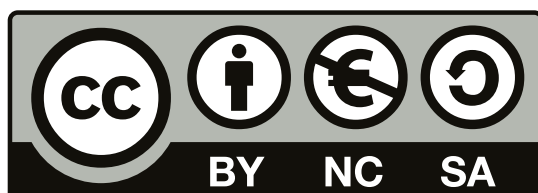
Supervisora:

Michela Lemos Silveira

Tutores/as:

Adriana Martins
Aline Quintana Gonçalves
Caroline Luiz de Varga
Débora Barros de Moraes
Dienúza da Silva Costa
Emanuelle Aguiar de Araujo
Fernanda de Lima Pinheiro
Francine Carvalho Madruga
Gabrielle Coggo
Iracema Barbosa Pinheiro
Lília Jurema Monteiro Masson
Luciana Moraes Soares
Mariléia Corrêa Camargo Rocha

Mireille Mabel Machado Dworakowski
Ricardo Costa Brião
Roseli de Fátima da Silva Feitosa Galvão
Samara de Oliveira Pereira
Vinicius Freitas de Menezes
Tamara Campos Vaz
Taís Granato Nogueira
Tenely Cristina Froehlich
Thainá Pedroso Machado
Ticiane da Rosa Osório
Yuri Freitas Mastroiano
Uilson Tuiuti de Vargas Gonçalves



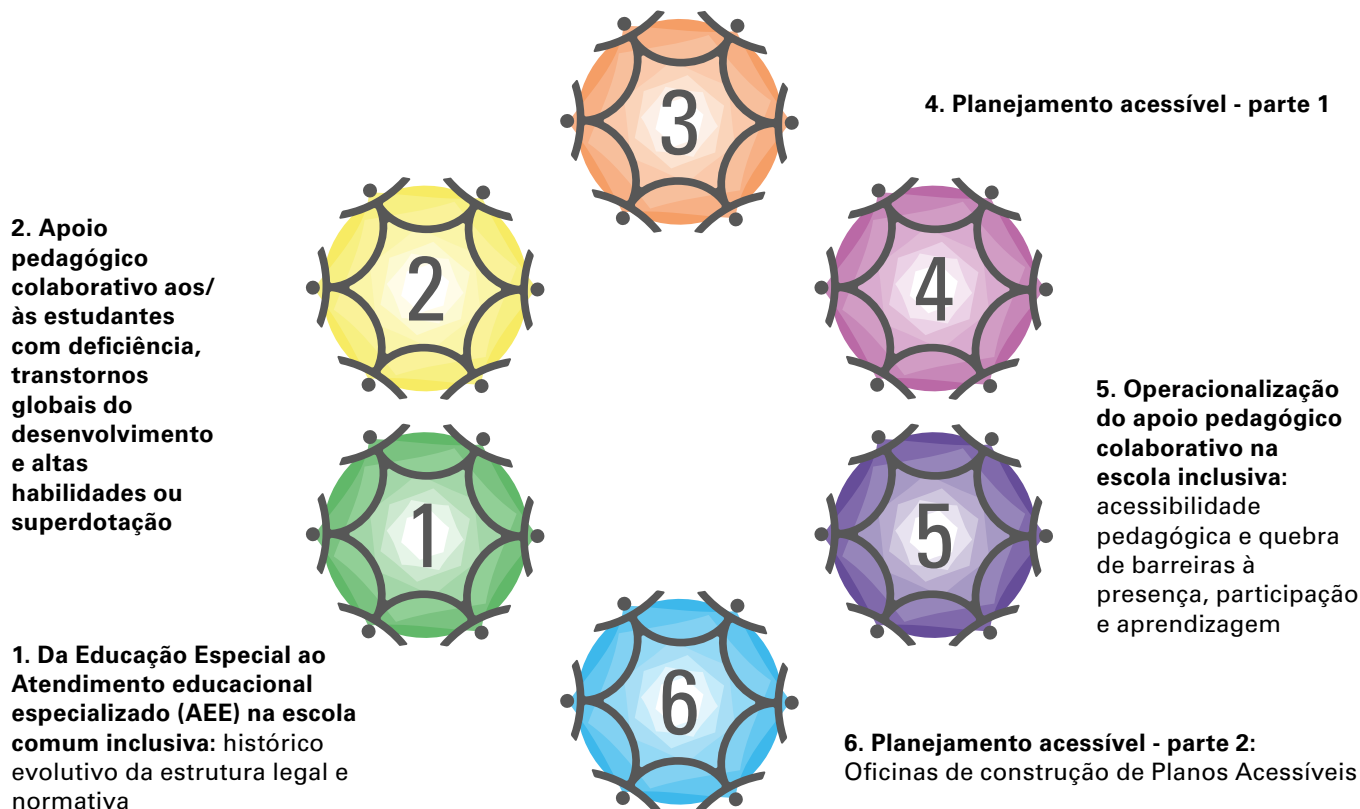
Esta obra de Programa de Extensão Tertúlias Inclusivas do Pampa - Universidade Federal do Pampa está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 4.0 Internacional**. Para ver o texto legal desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode.pt>. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em <https://linktr.ee/tertuliasinclusive>.

SUMÁRIO

Terceira Tertúlia.....	5
“Quem sou eu”	6
PARTE I: Considerações teórico-conceituais sobre a temática.....	7
1.1 Estudo de caso (EC).....	9
1.2 Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).....	11
1.3 Sala de Recursos Multifuncional (SRM).....	13
1.4 Parecer Descritivo (PD).....	14
1.5 Plano Educacional Individualizado (PEI).....	16
Saiba mais.....	20
Considerações Finais	21
Referências.....	23
PARTE II: Atividades dinamizadoras da Tertúlia	24

TERCEIRA TERTÚLIA:

Percursos curriculares individualizados - Planos Educativos Individualizados (PEI) e Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) - (30h)



CAROS(AS) CURSISTAS,

Com alegria apresentamos o terceiro fascículo do material didático do Curso de Aperfeiçoamento “Tertúlias AEE”, no qual trazemos temas considerados fundamentais para a Tertúlia que trata de questões específicas no projeto de apoio pedagógico especializado.

Nesta Tertúlia, serão apresentados conceitos ao trato das diferenças significativas dos(as) estudantes, os(as) quais demandam atenção curricular individualizada em decorrência de necessidades especiais de caráter significativo, ainda que a mesma seja prevista e planejada para a escolarização no âmbito da turma comum inclusiva. Contudo, essa individualização abordada situa-se no quadro da educação especial na perspectiva inclusiva, pela qual se garante inclusão com efetivo respeito e atendimento às diferenças, em contraponto à antiga descrença nas potencialidades dos(as) estudantes com deficiência em relação às suas aprendizagens ou a crença de que estes(as) aprendem “somente algumas coisas”, tese que impõem a equivocada ideia de oferta de conhecimentos rasos e simplificados, organizados sob a forma de adaptações curriculares reducionistas.

“QUEM SOU EU?”

Conhecendo a formadora

Débora Jacks

Audiodescrição: fotografia de Débora, uma mulher de pele clara, com cabelos castanhos, ondulados e curtos, na altura do pescoço. Usa óculos de grau de armação quadrada em marrom e transparente, brincos longos com duas argolas de capim dourado e um colar duplo, dourado e colorido. Veste uma blusa estampada em marrom, preto e branco e olha para a foto com um sorriso discreto.



“Dos sonhos me alimento, nas lutas me fortaleço, na educação encontrei meu caminho, e nele o caminhar de outros”.

Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista em AEE, Capacitação em Deficiência Intelectual/TEA. Mestranda em Ensino na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente é diretora do Centro de Atendimento ao Autista Doutor Danilo Rolim de Moura, membro do Grupo Técnico do Núcleo de Ensino do Programa TEACOLHE/RS. Professora formadora nos cursos de Serviço de Atendimento Educacional Especializado (UFPEL).

PARTE I:

Considerações teórico-conceituais sobre a temática

“Do que falaremos nesta Tertúlia?” Conhecendo a temática sobre os percursos curriculares individualizados: Estudo de Caso, PDI, Parecer Descritivo e PEI

Numa perspectiva inclusiva, vamos conhecer como na prática podemos promover para os alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação espaços e atendimentos que contemplem suas necessidades específicas, quais os suportes, os documentos norteadores e as práticas pedagógicas voltadas à acessibilidade dos estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação são indicadas no contexto escolar. Contudo, antes disso, é necessário colocar o fundo histórico da constituição da diversificação curricular assumida pela educação especial, desde os currículos mínimos e segregatórios até as propostas de diversificação na perspectiva da educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1990) fez referência ao conceito de flexibilidade curricular associado ao conceito de adaptação curricular, em escala mundial, que era utilizado anteriormente com maior frequência apenas no ensino especial. A partir dessa influência, em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, no Brasil, que orientou o processo de integração instrucional e condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (MEC/SEESP, 1994, p. 19). Assim, no Brasil, o termo adaptações curriculares voltado ao ensino comum foi citado pela primeira vez no texto da Política Nacional de Educação Especial, em 1994 e, em 1999, foi descrita no texto da Política Nacional para Educação Básica como modificações que sejam necessárias em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas as quais se aplica; nesse sentido, as adaptações curriculares são vistas como instrumentos de atendimento à diversidade das salas de aula, esclarecendo, ainda, que a mesma não deve ser vista para um grupo específico, senão para todos os alunos individualmente quando absolutamente necessário.

Sob influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e do Projeto Escola Viva (década de 90), a referida Política Nacional para a Educação Básica trazia em sua base as definições de adaptações de grande porte e de pequeno porte, sugerindo a ideia de respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais (MEC, 2000).

Outra definição referente às adaptações diz respeito, em primeiro lugar, as estratégias de planejamento e de atuação docente, ou seja, de um processo de modificações que visa

responder às necessidades de aprendizagem dos(as) estudantes; são necessários critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que os(as) estudantes devem aprender, como, quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos(as) sejam beneficiados (MEC, 1992).

Por fim, na primeira década dos anos 2000, ao uso do termo “adaptação” foi indicada necessidade de reflexão mais aprofundada, tendo em vista que adaptar remete à idéia de ajuste mecânico, físico, localizado e conforme Bueno (2000), adaptar é ajustar uma coisa a outra, amoldar, adequar, apropriar. Este termo tem relação com o paradigma médico-psicológico da educação especial, com o “sentido de adequar métodos, técnicas e recursos aos diferentes diagnósticos dos alunos, a partir das categorias de deficiência: surdo, cego, deficiente físico, mental, múltiplo; das condutas típicas e das altas habilidades”. Já a flexibilidade curricular, por sua vez, surge como nova proposta ao longo dos anos 1990, relacionada ao significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, favorecendo uma interpretação de hierarquização do acesso aos conhecimentos a partir das diferenças individuais.

Um pouco mais distanciada do termo adaptações curriculares, a expressão flexibilização curricular passou a ser citada a partir de 2005 pela Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP), associando-se aos dois termos anteriores à adequação curricular. Garcia (2007) descreve a flexibilização curricular nesse período como:

1. considerada fundamental para o processo de inclusão educativa e devendo ser pensada a partir do grupo de alunos e a diversidade que o compõe e não para alguns alunos isoladamente (Brasil, 2005, p. 10); e 2. Importante para viabilizar o processo de inclusão, a partir de “adequações curriculares (...) pensadas a partir do contexto grupal em que se insere determinado aluno (...). As adaptações curriculares devem ser pensadas a partir de cada situação particular e não como propostas universais, válidas para qualquer contexto escolar (p. 29).

Portanto, se estabelece no Brasil a clara referência de que a perspectiva inclusiva não está separada dos recursos e estratégias da modalidade de educação especial, utilizando-se da mesma para incluir; ao referir o contexto dos grupos, inaugura a ideia da individualização em contexto, com a presença da educação voltada para todos(as) e, ao mesmo tempo, para cada um(a) individualmente.

Nos termos desta formação, compreendemos as adaptações curriculares como estratégias que oportunizam aos alunos acesso à aprendizagem, atendendo a diversidade de necessidades que surgem no contexto escolar; para que seja feita uma adaptação é preciso conhecer o aluno, avaliando as competências e habilidades, organizando o contexto escolar, a sala de aula e o planejamento.



As práticas pedagógicas devem ter como referencial a estrutura curricular (disciplinas, módulos, ciclos, organização por bimestre/trimestre/semestre, etc.) do ano a que se destinam, tendo clareza quanto aos objetivos essenciais e aos conteúdos aos quais os(as) alunos(as) precisam ter acesso para construírem suas aprendizagens.

Segundo Beyer:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classes escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. (2006, p. 76).

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) é, sem dúvida, uma das principais políticas públicas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência nas redes comuns de ensino, tendo como principal função a eliminação das barreiras que se apresentam no contexto escolar. Consolidado por meio de práticas pedagógicas que promovem o acesso e a permanência, buscando incessantemente a qualidade no ensino. Sendo assim, o planejamento é uma ferramenta essencial na organização do trabalho a ser desenvolvido.

No SAEE para que o plano individualizado seja construído é preciso que a avaliação seja realizada levando em consideração as características individuais do sujeito. A seguir, apresentam-se alguns instrumentos/estratégias voltadas a esse fim.

1.1 Estudo de caso (EC)

Definição e características. O estudo de caso é o instrumento que permite aos(as) professores(as) especialistas conhecer e identificar as necessidades dos(as) estudantes, bem como suas potencialidades. O estudo de caso analisa e percebe os sujeitos em todas as áreas do desenvolvimento, identificando quais recursos e estratégias serão necessárias para que o mesmo tenha acesso à aprendizagem, minimizando ou extinguindo os obstáculos.

Estruturação. Para compor o estudo de caso, poderão ser utilizadas avaliações padronizadas referentes às áreas cognitiva, psicomotora, linguagem oral e escrita, raciocínio lógico, comunicação, interação social, entre outras. Deverão compor o estudo as informações trazidas pela família, informações dos(as) professores(as) e demais profissionais que atendem o(a) estudante, assim como as informações referentes à avaliação realizada pelo(a) professor(a) do SAEE.

Para construir um estudo de caso com qualidade siga as cinco etapas a seguir:

»»» **Etapa 1: Apresentação e avaliação do(a) estudante**

A avaliação é fundamental para identificar as principais características do(a) estudante, seu nível de desenvolvimento, comportamentos, desenvolvimento nas áreas cognitiva, linguagem oral e escrita, raciocínio lógico, aprendizagem, desenvolvimento psicomotor, afetivo e interação social. Deve-se levar em consideração a sala de aula, a sala de recursos e demais contextos escolares.

»»» **Etapa 2: Esclarecimento**

Cabe ao(a) professor(a) do AEE identificar:

- a. os aspectos relacionados ao desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. É preciso escutar a família, buscar informações com os(as) professores(as) da sala de aula comum e identificar quais recursos serão necessários para auxílio nas atividades desenvolvidas.
- b. as situações de sala de aula nas quais o(a) estudante apresenta maior dificuldade e as atividades em que demonstra maior interesse.
- c. o nível de autonomia do aluno.

»»» **Etapa 3: Identificação da natureza da atividade a ser desenvolvida**

Após a avaliação, o(a) professor(a) do AEE já possui dados que permitem a identificação das dificuldades e potencialidades apresentadas pelo(a) estudante, percebendo o(a) estudante nos diversos espaços da escola, seu desenvolvimento, principais áreas a serem trabalhadas, dificuldades associadas à deficiência, bem como especificidades de cada um(a).

»»» **Etapa 4: Resolução e previsão de acessibilidade**

Com a identificação das principais dificuldades e potencialidades já realizadas é possível definir qual é a natureza do problema apresentado, tendo neste momento a definição de estratégias, metodologias e recursos que poderão ser utilizados para superar os obstáculos que impedem o desenvolvimento do aluno.

»»» **Etapa 5: Elaboração do Plano de AEE**

Com a coleta de dados, de posse das informações do(a) professor(a) da sala de aula comum, família e avaliação realizada pelo(a) professor(a) de AEE, o planejamento individualizado será construído tendo como base as informações presentes no estudo de caso.



1.2 Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

Após a avaliação realizada é possível elencar as estratégias, metodologias e recursos que serão utilizados para a eliminação de barreiras e promoção da acessibilidade, entendendo que o planejamento é flexível, podendo ser revisado e reorganizado a qualquer momento, sendo o mais importante atender a demanda do(a) estudante.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) norteará o trabalho a ser desenvolvido pelo(a) professor(a) de AEE com os(as) estudantes.

As atividades estruturadas para os(as) estudantes deverão estar em consonância com os objetivos.

Os recursos devem ser pensados como instrumentos de acesso ao conhecimento, possibilitando ao(à) aluno(a) o conhecimento e o acesso à aprendizagem.

Cabe ao professor de AEE, sempre que necessário, ensinar aos(às) alunos(as) a utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva (TA). Segundo Bersch (2006, p. 92):

A aplicação da Tecnologia Assistiva na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a fazer tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno ser e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento.

No plano, os recursos tecnológicos e de acessibilidade fazem parte das estratégias que promovem autonomia para os(as) estudantes. O plano individual é cuidadosamente organizado, sendo aplicado aos atendimentos, acompanhado, revisado e se necessário será reestruturado.

No plano de AEE deverão constar os seguintes itens:

- » dados de identificação
- » objetivo geral
- » objetivos específicos
- » organização do atendimento (período, frequência, tempo e composição)
- » estratégias a serem desenvolvidas
- » recursos (adaptados e construídos)
- » parcerias de trabalho
- » avaliação.

Aos(às) professores(as) de AEE cabe a organização do serviço (estudo de caso, planejamento e atendimento), a estruturação da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e a elaboração do Parecer Descritivo como instrumento de devolutiva sobre o desempenho dos alunos para a família. O atendimento especializado ocorre dentro da SRM e fora dela, isto é, está presente em todos os espaços da escola.

A seguir, a estruturação de um modelo de Planejamento de Desenvolvimento Individual.

1. Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Ano:

Turma:

Turno:

Escola:

Professor(a) da sala de aula comum:

Professor(a) de AEE:

2. Objetivo geral:

3. Objetivos específicos:

4. Organização do atendimento:

Período de atendimento (de quanto a quanto. Ex: De março a Julho)

Frequência (quantas vezes na semana)

Tempo de atendimento (50min, 1h, etc.)

Composição do atendimento (individual, dupla, trio ou grupo)

5. Atividades a serem desenvolvidas no atendimento do(a) estudante (selecionar atividades que estejam em consonância com o plano de AEE)

6. Seleção de materiais a serem produzidos para o(a) estudante (materiais pedagógicos ou de acessibilidade a ser construídos especificamente para os(as) estudantes)

7. Adequações de materiais (liste os materiais que necessitem de adequações para atender às necessidades do aluno - exemplo: engrossadores de lápis, papel com linhas espaçadas, plano inclinado, recursos de Tecnologia Assistiva e outros)

8. Seleção de materiais e equipamentos que precisam ser adquiridos (verificar materiais que a sala de recursos ainda não possui e que não podem ser construídos. Exemplo: recursos como lupas, calculadoras, impressora Braille, etc.)

9. Tipos de parcerias necessárias para aprimoramento do atendimento e da produção de materiais (exemplo: terapeuta ocupacional para criar uma tesoura adaptada, costureira para fazer uma calça com enchimento para trabalhar com a criança, professor auxiliar para produzir material em relevo e outros e outros)

10. Profissionais da escola cujo trabalho deverá ser articulado: professores; monitores; cuidadores; orientadores; outros

11. Avaliação do plano: especificar os critérios de avaliação

12. Observações gerais (demais suportes e estratégias utilizadas no contexto escolar para possibilitar a inclusão do aluno)

Assinatura e carimbo da professora de AEE

Data:

Carimbo da escola:

1.3 Sala de Recursos Multifuncional (SRM)

Assalas derecursos multifuncionais (SRM) são espaços organizados para o atendimento aos(as) estudantes atendidos pelo suporte da educação especial, no contraturno da sala de aula comum.

Neste espaço, são disponibilizados equipamentos de tecnologia, mobiliários e recursos pedagógicos. É organizado pelos(as) professores(as) de AEE com o suporte da gestão escolar, não tendo como regra um tamanho padrão, depende dos espaços disponíveis na escola e da possibilidade de construção - quando este espaço não existe.

São dois tipos de salas existentes: a sala tipo I e a sala tipo II. O que difere a tipo I da tipo II é o acréscimo de recursos para baixa visão e cegueira na sala tipo II. A seguir uma imagem de uma SRM da Educação Infantil e uma SRM voltada ao atendimento de alunos do ensino fundamental e EJA.

Imagem 1: sala de recursos multifuncionais - educação infantil

Audiodescrição: fotografia interna de uma sala de recursos multifuncionais. A sala tem chão escuro, paredes brancas e duas janelas com basculantes ao fundo. À esquerda, vê-se parte de um escorregador amarelo. Ao centro, debaixo das janelas, tatames coloridos e brinquedos dispostos ao chão e, à direita, se vê duas mesas infantis com cadeiras, uma cama elástica pequena e um espelho. Fim da descrição.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2022)

Imagem 2: sala de recursos multifuncionais - ensino fundamental e EJA

Audiodescrição: fotografia interna de uma sala de recursos multifuncionais. A sala tem chão escuro e paredes brancas. Na extensão da lateral esquerda e na extensão da parede ao fundo, vê-se armários fechados e prateleiras, brancos, beges e marrons. Sobre os armários e nas prateleiras, diversos jogos educativos, brinquedos, materiais didáticos, caixas organizadoras, todos coloridos. À direita, uma mesa escrivaninha com uma cadeira de cada lado. Fim da descrição.



Fonte: arquivo pessoal da autora (2022)

1.4 Parecer Descritivo (PD)

O parecer descritivo é uma importante ferramenta de avaliação e, quando bem elaborado, permite perceber o(a) estudante na sua totalidade.

Ele deve ser descrito de forma clara e objetiva, contemplando as habilidades e potencialidades do aluno, bem como suas dificuldades.

É um texto que exerce a função social de comunicar o processo de aprendizagem a pais, estudantes e professores(as).



A redação do parecer terá como base suas observações, registros por escrito, fotos, vídeos e todos os tipos de materiais que colaborem com a redação/elaboração descritiva do parecer. Se necessário, entre em contato com os(as) demais profissionais, dialogue com outros(as) professores(as) e coordenadores(as) que já conviveram com os(as) estudantes.

Esse material deve ser reunido para que o(a) professor(a) tenha uma visão completa e apurada. Enfatize sempre os pontos positivos. Encontre aquilo em que o(a) estudante se destaca: seja a comunicação, sejam trabalhos artísticos, seja o relacionamento com os(as) colegas ou aptidão para matemática e dê ênfase a estas características.

A estrutura do parecer deve conter, pelo menos, dentre outros elementos:

- »» experiências em que o(a) estudante se destaca;
- »» experiências em que o(a) estudante está se desenvolvendo dentro do esperado;
- »» experiências em que o(a) estudante está apresentando dificuldades;
- »» possíveis ações para auxiliar na superação dessas dificuldades.

O parecer é um documento, por isso tome cuidado com erros de grafia, gramática, pontuação ou formatação. Fique atento na construção do parecer:

- »» leve em conta os destinatários (escola, família e estudante);
- »» utilize linguagem cuidada, clara, simples, precisa e adequada ao público;
- »» considere o caráter oficial do documento (evitar rasuras e palavras pejorativas ou juízo de valor);
- »» observe a ortografia, concordância e formatação;
- »» nomeie os pareceres;
- »» evite palavras diminutivas;
- »» evite palavras ou expressões amplas, sem detalhamento;
- »» utilize verbos e expressões que indiquem processo;
- »» evite contradições e comparações.

1.5 Plano Educacional Individualizado (PEI)

Função do PEI.

Quando tratamos do processo de ensino-aprendizagem é importante observar com atenção a maneira singular como o(a) estudante aprende; para tanto, é necessário empreender um esforço para perceber como cada estudante se apropria dos saberes, sendo necessário analisar constantemente a relação destas aprendizagens com a prática docente.

Sendo assim, é indicado que a escola elabore um PEI (Plano Educacional Individualizado) para planejar e registrar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação.

Conhecendo um PEI.

- »» o PEI é um plano organizado para atender as necessidades específicas do(a) estudante; é individualizado com fins de promover os processos inclusivos, sendo construído
- »» de forma colaborativa, tendo a participação efetiva dos(as) professores(as), incluindo o(a) professor(a) de AEE;
- as adequações educacionais no PEI são construídas tendo como base o contexto
- »» escolar e as necessidades específicas de cada estudante; assim, sendo as tarefas pensadas e elaboradas de maneira singular e objetiva, a avaliação também precisa ser estruturada e direcionada ao(à) estudante,
- no PEI deverão constar as práticas pedagógicas indicadas, a adaptação ou flexibilização
- »» curricular e as mediações e intervenções necessárias no contexto de sala de aula e na escola.

Organização do PEI.

Este documento contém:

1. Dados de identificação

- »» dados de identificação do(a) estudante, tais como a escolaridade, deficiência, modalidades de ensino e serviços de apoio;
- »» dados de identificação da gestão escolar, tais como direção, coordenação e professor(a) articulador(a);



- » dados constantes do PDI: também são transcritos no PEI, agregando informações sobre o(a) estudante e o atendimento do SAEE. A família é fundamental nessa construção, os dados colhidos por meio de entrevista possibilitam um diálogo; muitas vezes é possível orientar os familiares para que obtenham acesso a benefícios como, por exemplo, o LOAS. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), constitui a garantia de renda às pessoas com deficiência, em qualquer idade, desde que comprovada a incapacidade para uma vida independente, não tendo condições de prover a própria manutenção, nem tê-la provida pela família (Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993). Todos os documentos e informações devem ser arquivados na pasta do(a) estudante.

2. Dados pedagógicos

O mapeamento pedagógico do(a) estudante será registrado por todos(as) profissionais, confirmando o caráter articulador da proposta. O documento é resultado de uma ação conjunta, construída de forma compartilhada.

- » o registro acadêmico será feito considerando o desenvolvimento das habilidades cognitivas, metacognitivas, habilidades socioemocionais, habilidades comunicacionais, motoras/psicomotoras e habilidades do cotidiano;
- » na organização do planejamento pedagógico devem constar os objetivos propostos; conteúdos, considerando a proposta curricular da rede de ensino; estratégias; intervenções pedagógicas; práticas acessíveis; recursos de tecnologia assistiva (se necessário);
- » na elaboração, é necessário analisar o contexto, ou seja, se o PEI é elaborado para a Educação Infantil, para os Anos Iniciais ou Finais do Ensino Fundamental, para o EJA, Ensino Médio ou Superior.

Este documento deve ser avaliado gerando um relatório de avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem do(a) estudante, tendo a assinatura e carimbo de todos os envolvidos no acompanhamento do(a) estudante.

A seguir, exemplos de PEI estruturados para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (PEI 1 - AI e PEI 2 - AF).

Não esqueça! Ao PEI deverá ser anexada a avaliação do(a) estudante, contendo as informações que precedem a organização do documento.



Plano Educacional Individualizado (PEI)

Roteiro para elaboração e organização PEI 1 - AI

Nome do(a) estudante:

Data de nascimento:

Nome da escola:

Ano:

Professor(a) Articulador(a):

Equipe:

Período de validade:

Conteúdos a serem desenvolvidos

Metas para a turma

Metas que atendam às necessidades específicas do(a) estudante

Flexibilizações ou adaptações realizadas

Recursos utilizados

Estratégias de avaliação

Observações complementares





Plano Educacional Individualizado (PEI)

Roteiro para elaboração e organização PEI 2 - AF

Plano organizado para os Anos Finais, com organização dos conteúdos por disciplina ou área de conhecimento, estratégias e recursos. O plano é sujeito a modificações durante o período em que está sendo aplicado. Demais professores(as) como, por exemplo, professor(a) especialista do AEE e professores(as) auxiliares também colaboram com a construção do instrumento.

Nome do(a) estudante:

Data de nascimento:

Nome da escola:

Ano:

Disciplina ou área de conhecimento:

Professor(a) Articulador(a):

Equipe:

Período de validade:

Disciplina	Referente curricular	Conteúdos específicos	Estratégias e recursos utilizados	Foco avaliativo
Nome da disciplina	Conteúdo a ser trabalhado de acordo com o ano	Adaptação ou flexibilização do conteúdo feita para o aluno	Citar quais	Capacidades desenvolvidas pelo aluno

Saiba mais

Material complementar de leitura sobre flexibilizações curriculares!

- »» CORREIA, Gilvane Belem. Educação especial e currículo: das adaptações curriculares à acessibilidade curricular. **Reunião Científica Regional da ANPED**, UFPR, Curitiba, jul. 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_GILVANE-BELEM-CORREIA.pdf Acesso em: 02 jan. 2023.
- »» GARCIA, Rosalba Maria C. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: Claudio R. Baptista; Denise M. de Jesus. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011, v. 1, p. 15-33.
- »» _____. Políticas de inclusão e currículo: transformação ou adaptação da escola?. **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas** – livro 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v. 3, p. 582-594.
- »» MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SOARES, Marcia Torres Neri. Participação e exclusão no currículo escolar: a deficiência como marca definidora das (in)capacidades dos estudantes. **Revista Comunicações**, Piracicaba, SP, v. 23, n. 3, 2016, p. 311-333. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2935> Acesso em: 02 jan. 2023.

Considerações Finais

Esta Tertúlia discutiu as questões mais sensíveis dentro do grande escopo do apoio pedagógico inclusivo, qual seja os percursos curriculares que, pelas características dos(as) estudantes, em relação ao processo de ensino e de condições contextuais, necessitam ser individualizados, ainda que com vistas ao desenvolvimento dos mesmos no âmbito da sala de aula comum ou, pelo menos, na maior parte do tempo. Contudo, na perspectiva adotada nesta formação, individualização é diferente de segregação ou trabalho isolado. A planificação da individualização, quando necessária, deve justamente ser construída como um elemento-meio, ou seja, que a individualização não se constitua em um fim em si mesmo; as estratégias e esforços planejados individualmente no plano devem estar a serviço e com estreita relação de garantia de aprendizagem ao nível da turma, respeitadas as diferenças individuais.

Nesse sentido, não se realizam adequações ou flexibilizações para separar, mas, antes, para buscar incluir os(as) estudantes que delas necessitam no contexto social de que tratam, antes de tudo, as experiências escolares.

Na Tertúlia 2 foram apresentados, portanto, alguns elementos importantes para construção destes documentos de acompanhamento e registro do processo de ensino-aprendizagem dos(as) estudantes, com vistas à aferição de desenvolvimento e aproveitamento escolar. São documentos que atestam e asseguram as flexibilizações realizadas no percurso formativo, no sentido de atendimento às diferenças, eliminação de barreiras e promoção de acessibilidade.

Para reflexão: conforme nos provoca Garcia (2007), qual a finalidade do movimento curricular aliado à inclusão: transformação ou adaptação da escola?

As discussões curriculares que acompanham as políticas de educação inclusiva no Brasil orientam para uma reflexão dos processos escolares na perspectiva de transformar a escola, ou estamos frente a uma concepção de escola satisfatória, que necessita apenas prover adaptações que eliminem barreiras para estudantes com características muito específicas? (p. 9)

A construção dos percursos curriculares formativos é uma tarefa coletiva, um trabalho realizado em rede colaborativa, valorizando e responsabilizando todos os(as) envolvidos(as) no processo inclusivo do(a) estudante. É preciso entender as relações existentes no contexto escolar, todos os documentos e instrumentos devem constar no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento da escola. Vivemos em um tempo de mudanças na escola, que se transforma, atualiza-se e busca se renovar. Trabalhar com a diversidade é essencial, sendo muito importante garantir direitos e oportunizar a todos os(as) estudantes a acessibilidade aos recursos e a aprendizagem. A inclusão tem evoluído, ainda que a passos lentos; por isso, planejar e organizar práticas que atendam aos(às) estudantes com deficiência e sem deficiência é um caminho eficiente para promover espaços de aprendizagem que contemplem as necessidades específicas de todos(as) os(as) estudantes.

Referências

- ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva: fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, 2004.
- BEYER. Da Integração Escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- ____. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília/DF: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- ____. **Educar na Diversidade**: material de formação docente. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.
- ____. **Resolução nº 4 de 2009**: Institui Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: CNE, 2009.
- ____. **Decreto n. 6.949/2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo. Brasília, DF: Casa Civil, 2009.
- ____. **Decreto n. 7.611/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2011.
- ____. **Decreto n. 7.612/2011**. Institui o Plano Nacional das Pessoas com Deficiência - Plano viver sem limite. Brasília, DF: Casa Civil, 2011.
- ____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada**. Brasília, DF: CNE/CBE, 2015.
- ____. **Lei nº 8742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.
- BERSCH, R. Tecnologia Assistiva e Educação Inclusiva. **Ensaio Pedagógico**. Brasília: SEESP/MEC, 2006.
- CRUZ, M. L. R. M; MASCARO, C. A. A. C. e NASCIMENTO, H. A. Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação. In: **Anais do Seminário Internacional – as Redes educativas e as tecnologias: práticas/teorias**

PARTE II:

Atividades dinamizadoras da Tertúlia

Seção “Vamos refletir, dialogar e praticar a temática?”

1. Atividade

Elaboração e organização do Plano Educacional Especializado (PEI)

2. Objetivos gerais e/ou específicos

Conhecer e refletir sobre as práticas inclusivas, promovendo subsídios para a construção do planejamento.

Promover o diálogo e reflexão sobre as práticas em funcionamento na escola.

Atualizar quanto aos instrumentos e serviços necessários na construção de uma escola inclusiva.

Instrumentalizar os(as) cursistas com informações e orientações para a construção do planejamento.

3. Metodologia de execução

Orientações nos encontros síncronos

Leitura do caderno

Trabalho individual

Compartilhamento de informações e experiências no fórum

Atividade individual e trabalho nos planos

4. Recursos/estrutura/materiais necessários

Slides

Vídeo inicial

Roteiro de PEI



Detalhamento da atividade

Elaboração e organização do Plano Educacional Especializado (PEI)

Queridos(as) cursistas, esta atividade deverá ser realizada de maneira individual. O PEI poderá ser construído com modelos utilizados na sua escola; caso sua escola ainda não utilize o planejamento, você pode utilizar os modelos disponibilizados no nosso material. Este documento (PEI) deve ser construído com um vocabulário acessível a todos(as), sendo que o mesmo poderá ser consultado por outros profissionais e pela família.

Sendo assim, é indicado observar as seguintes etapas e elementos:

- » *É preciso avaliar o(a) estudante e suas necessidades específicas, identificando as dificuldades e potencialidades, sempre tendo claro quais são os conteúdos desenvolvidos no ano que o(a) mesmo(a) se encontra.*
- » *Após avaliação realizada, selecione as melhores estratégias e quais recursos podem ser utilizados.*
- » *Identifique se o(a) estudante necessitará de flexibilização de tempo para executar as tarefas avaliativas, bem como flexibilizações no conteúdo.*
- » *Não se esqueça, se articule com os demais profissionais, com a família, quanto mais informação, mais eficaz será sua construção.*
- » *Registre todas as informações, selecione o que deverá constar no PEI.*
- » *Foque nas competências do(a) estudante e defina as formas de avaliação.*
- » *O PEI poderá ser alterado, é um documento flexível e dinâmico.*

Bom trabalho a todos e a todas!